pequenas vão usando os sentidos para experimentar o mundo, elas passam a precisar de rótulos para categorizar e lembrar de tantas experiências". Paulatinamente as crianças "aumentam sua habilidade de se comunicar e começa a controlar o próprio comportamento" dando-lhes oportunidades adicionais de "entender o mundo" (GONZALEZ-MENA; EYER, 2014, pp. 158-159).

REFERÊNCIAS

BONDIOLI, A.; MANTOVANI, S. A dimensão lúdica na criança de 0 a 3 anos e na creche. In: Manual da educação infantil: de 0 a 3 anos. 9.ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

PARLATO-OLIVEIRA, Erika. Saberes do bebê. São Paulo: Instituto Langage, 2019. GIMAEL, P.; AGUIAR, S. Infância vivenciada. 1.ed. São Paulo: Paulinias, 2013.

GONZALEZ-MENA, Janet; EYER, D.W. O cuidado de bebês e crianças pequenas na creche: um currículo de educação e cuidados baseado em relações qualificadas.

9. ed. Porto Alegre: AMGH Editora LTDA, 2014.

ROSSET, J. M.; RIZZI, M. A.; WEBSTER, M. H. Educação Infantil: um mundo de janelas abertas. 1. ed. Porto Alegre: Edelbra, 2017.

A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA COMO FORMA DE ALCANÇAR DIREITOS

RENATA DOS SANTOS

RESUMO

Este artigo tem o objetivo de realizar uma análise a respeito de uma minoria que sofreu diversos tipos de preconceito e segregação social em város aspectos: a comunidade indígena. Através de um panorama histórico a respeito da colonização como um todo, esse texto passará a dar enfoque na questão educacional da sociedade indígena. Aqui serão tratadas desde as primeiras linhas do que foi a escola para o índio até o que ela é e sua função social odiernamente. A fim de fundamentar todas as análises aqui feitas, baseamos o texto em especialistas de cada área como historiadores, educadores e dados estatísticos fornecidos por entidades e órgãos especializados no tratamento ao indígena tornando uma análise minuciosa.

Palavras-chave: Indígena; Segregação; Educação.

ABSTRACT

This article aims to carry out an analysis of a minority that suffered different types of prejudice and social segregation in various aspects: the indigenous community. Through a historical overview of colonization as a whole, this text will focus on the educational issue of indigenous society. Here will be treated from the first lines of what was the school for the Indian to what it is and its current social function. In order to support all the analyzes carried out here, we base

the text on specialists in each area such as historians, educators and statistical data provided by entities and bodies specialized in the treatment of indigenous people, making a thorough analysis.

Keywords: Indigenous; Segregation; Education.

Introdução

Desde cedo estudamos na escola básica a respeito da história do indígena e como esse povo já sofreu sobretudo no período colonial. Nos primeiros anos escolares estudamos essa cultura e a celebramos no Dia do Índio através de músicas e fantasias. Nos próximos anos passamos a estudar a colonização do Brasil e a compreender como esse povo foi segregado, explorado e discriminado. Entretanto, apesar de a escola analisar muito esse quesito, pouco se reflete a respeito da escola para indígenas.

Este artigo, portanto, tem o objetivo de analisar o que foi a escola para o povo indígena desde o período da colonização brasileira até os dias atuais e os direitos que esse povo tem. Aqui defenderemos a Educação Escolar Indígena como uma forma de conquistar os direitos garantidos por lei através da disseminação deste modelo de educação inclusiva e única para mais escolas e estados do Brasil.

Em primeira análise a escola para o indígena foi colocada de maneira impositiva e sob moldes completamente europeus. Tanto cultura como costumes e tradições desse povo foram ignorados, nem mesmo a língua indígena era usada, salvo para traduções para o português. Assim, inicialmente a escola para índios tinha função missionária e civilizatória.

Os jesuítas assumiram a posição de professores e tinham por intuito catequizar os indígenas e os tornarem fiéis para a Igreja Católica. Isso perdurou até o momento em que os padres foram expulsos 1750 quando foram expulsos por Marquês de Pombal. Entretanto, apesar de os jesuítas não residirem mais no Brasil, isso não fez com que o povo indígena passasse a ter de volta a educação em sua maneira nativa.

Somente dois séculos depois passou a haver uma preocupação de fato com os direitos indígenas no geral, o que levou à criação da FUNAI. Essa além de responsabilidades com terras e segurança do povo indígena, também assumiu a função de coordenar a educação para índios.

Desta forma surgiu a Educação Escolar Indígena que procurou unir o modelo "clássico" de educação aos costumes indígenas de maneira singular respeitando tal cultura. Neste artigo pretendemos demonstrar como essa forma de educação é essencial ao povo indígena tanto na conquista de direitos como na adaptação à sociedade e seus saberes.

1) Colonização e educação

A história do povo indígena brasileiro é repleta de desigualdades, imposições, estigmas, preconceitos e intolerâncias. Isso se faz, em grande parte, devido às relações estabelecidas pelos colonizadores desde o período colonial e perduram até hoje.

A nação portuguesa foi a pioneira no que posteriormente seria chamado de "Grandes Navegações". Fatores como localização geográfica, rápida centralização do poder do Estado e uma união entre Estado e Burguesia foram os grandes responsáveis

por isso. Como consequência deste período singular para a época, Portugal foi a primeira nação a pisar na América.

O continente americano é cerca de quatro vezes maior que europeu, entretanto, os portugueses não sabiam disso de início e outros fatores despertaram atenção.

De uma maneira geral, um fator que chamou a atenção foi o primeiro contato com o diferente, um povo tão distinto, estes foram denominados de indígenas.

Esse contato foi descrito por Pero Vaz em sua carta, este relata:

Pardos, nus, sem coisa alguma que lhes cobrisse suas vergonhas. Traziam arcos nas mãos, e suas setas. Vinham todos rijamente em direção ao batel. E Nicolau Coelho lhes fez sinal que pousassem os arcos. E eles os depuseram. [...] A feição deles é serem pardos, um tanto avermelhados, de bons rostos e bons narizes, bem feitos. Andam nus, sem cobertura alguma. Nem fazem mais caso de encobrir ou deixa de encobrir suas vergonhas do que de mostrar a cara. Acerca disso são de grande inocência. Ambos traziam o beiço de baixo furado e metido nele um osso verdadeiro, de comprimento de uma mão travessa, e da grossura de um fuso de algodão, agudo na ponta como um furador. Metem-nos pela parte de dentro do beiço; e a parte que lhes fica entre o beiço e os dentes é feita a modo de roque de xadrez. E trazem-no ali encaixado de sorte que não os magoa, nem lhes põe estorvo no falar, nem no comer e beber. (CAMINHA, Pero Vaz. 1500)

Em 22 de abril de 1500 a frota de Pedro Álvares Cabral aportou em territórios brasileiros, na época ocupados pelas tribos Tupi-Guarani. Como é possível perceber, o primeiro contato foi realizado de maneira amistosa e movido, sobretudo, pela curiosidade perante o diferente.

De um lado temos os índios que logo se puseram em forma de ataque, simplesmente por não saber o que os aguardavam. Por outro, temos os portugueses que tão surpresos escreveram um documento completo para relatar à Coroa todas as diferenças que estes se depararam.

Entretanto, essa relação passou a mudar quando os portugueses passaram a ter interesse comercial no Brasil. Assim, historicamente deu-se início ao período colonial no Brasil, o qual este se tornou colônia de Portugal que passou a ser a metrópole.

O período colonial então passou a ser marcante negativamente para a história indígena, muitas vidas foram perdidas. De acordo com o Observatório do Terceiro Setor (2020):

Segundo a Fundação Nacional do Índio (Funai), a população indígena em 1500 era de aproximadamente 3 milhões de habitantes, sendo que aproximadamente 2 milhões estavam estabelecidos no litoral do país e 1 milhão no interior. Em 1650, esse número já havia caído para 700 mil indígenas e, em 1957, chegou a 70 mil, o número mais baixo registrado. De lá para cá, a população indígena começou a crescer.

De acordo com o último censo demográfico, realizado em 2010 pelo IBGE, o Brasil tem 896,9 mil indígenas. Isso significa que o número de indígenas no país em 2010 representava 29,9% do número estimado para 1500, quando começou a colonização. (Observatório do Terceiro Setor, 20020).

Ainda sobre isso, Rodrigues (1986) afirma:

> em consequência das campanhas de extermínio ou de caça a escravos, movidas pelos europeus e por seus descendentes e prepostos, ou em virtude das epidemias de doenças contagiosas do Velho Mundo, deflagradas involuntariamente (em alguns casos voluntariamente) no seio de muitos povos indígenas; pela redução progressiva de seus territórios de coleta, caça e plantio e, portanto, de seus meios de subsistência, ou pela assimilação, forçada ou induzida, aos usos e costumes dos colonizadores (RODRIGUES, 1986, p. 19).

Além de fatores como a violência imposta e até mesmo as formas de trabalho forçado, um agravante que não costuma ser analisado é a questão da educação que os portugueses passaram a impor aos indígenas.

As perdas não foram apenas em quesitos de vidas, muitas línguas indígenas também se perderam nesse processo de colonização, de acordo com Rodrigues (1986, p. 19), “é provável que, na época da chegada dos primeiros europeus, (...) o número das línguas indígenas fosse o dobro do que é hoje”.

O primeiro momento dessa interferência portuguesa na educação indígena ocorreu em 1546 com a chegada dos padres jesuítas.

De acordo com Simas e Pereira (2010, p. 4) assumiram toda a educação indígena por mais de 200 anos e só o pararam com a expulsão em 1759 feita pelo Marquês de Pombal.

A educação que lhes foi aplicada em nada se relacionava às suas próprias culturas e sim a intenção de implantar o poder da Igreja Católica e propagar as crenças e a fé portuguesa através da catequese.

Além disso, havia um interesse da Metrópole em unificar a língua e a cultura para que dessa forma não só facilitasse a comunicação, mas também a exploração indígena como uma mão de obra acessível e barata.

Com isso, podemos afirmar que a escola em primeira análise a escola se mostrou de maneira impositiva. Ela se fez presente de forma a representar o poder colonial e as culturas e tradições que a Metrópole condicionou a Colônia a obedecer.

A escola para indígenas foi construída e disseminada, no período colonial, com o intuito de transmitir apenas os conhecimentos e culturas valorizados no continente europeu. Para que isso fosse feito, a Coroa Portuguesa impôs modelos educacionais que deixasse a cultura indígena reprimida.

No que concerne aos aspectos linguísticos, o português era a língua padrão, justamente no intuito de acabar com as diversidades linguísticas e culturais de cada povo que residia no Brasil. A língua indígena era apenas usada para se traduzir vocabulários e facilitar a compreensão do português.

Estrategicamente, os colonizadores aplicaram dois modelos distintos de escolarização indígena: o internato e o bilinguismo.

A primeira opção consistia no fato de que eram criadas escolas dentro das aldeias. Entretanto, ao realizar isso o índio passava a ser marginalizado pois como passou pelo processo de “europeização” este já não era mais considerado nativo. Porém,

este não estava em condições iguais a de um branco.

A segunda opção era constituída de escolas com professores não indígenas, entretanto também havia índios falantes da língua portuguesa que serviam de tradutores para que o conhecimento europeu fosse transmitido à comunidade indígena. Desta forma, era praticado o bilinguismo de transição.

A respeito disso Grupioni (2004) afirma:

A prática adotada no bilinguismo de transição consistia em valorizar a língua indígena dentro do ambiente escolar com o intuito de efetivar o aprendizado da língua portuguesa e dos valores da cultura dominante. Nesse método bilíngue, a língua indígena era utilizada para traduzir palavras da língua portuguesa, proporcionando a passagem do monolinguismo em língua nativa para o monolinguismo em português, haja vista que, depois que o aprendizado do português fosse efetivado, a língua indígena não seria mais falada na escola. Esses modelos de ensino promoveram, em grande parte, o aniquilamento dos aspectos sociais das comunidades indígenas. (Grupioni, 2004, p.44).

Assim, como observado, a educação não tinha como centralidade o ensino indígena, isto é, que respeitasse suas culturas e tradições e sim uma educação com finalidades missionárias e civilizatórias.

Por esse motivo, Melià (1979 apud SIMAS; PEREIRA, 2010, p. 8) a denominou de educação não-indígena, visto que ela não atendia em nenhum sentido aos interesses dos povos indígenas em território brasileiro

Contudo, mesmo que essa educação não tenha procurado respeitar culturas e interesses do povo indígena, esta foi a primeira experiência escolar destes, portanto foi a responsável por introduzir a instituição escolar no meio da comunidade indígena.

Essa maneira de educação “não-indígena” perdurou por cerca de 500 anos, até mesmo depois do Brasil ter deixado de ser uma colônia e se consolidado como nação independente, pois mesmo com esse evento histórico a educação para índios não sofreu grandes transformações.

Somente a partir dos anos 70 é que houve uma maior preocupação com as questões indígenas, inclusive a educação. A respeito disso será mais bem explanado nos capítulos seguintes a respeito de como movimentos em prol de mudanças influíram diretamente na conquista de direitos por esse povo.

2) A criação da FUNAI e o direito à educação

Como visto no capítulo anterior, a primeira experiência dos indígenas com a educação não era dedicada a eles e sim com um caráter missionário e civilizatório. Por este motivo, Melià (1979) define este tipo como “não-indígena”, termo este definido anteriormente.

Além disso, como já visto, este tratamento para com os nativos não se restringia à educação: em diversos outros âmbitos a cultura indígena foi subjugada em nome daquilo que o colonizador acreditava.

Entretanto, este tratamento segregacionista e discriminatório não se restringiu apenas ao período colonial. Medidas efeti-

vas passaram a ser tomadas somente nos anos 60 sobretudo com a criação da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) em 1967.

A FUNAI é atualmente o órgão indigenista oficial do Estado Brasileiro. Dentre tantas responsabilidades, deve-se destacar o fato de que a função primordial é de "proteger e promover os direitos dos povos indígenas no Brasil" (FUNAI).

A fim de garantir que estes direitos sejam garantidos a FUNAI assume diversas responsabilidades para que o descaso supradito não se perpetue e seja corrigido. De acordo com a FUNAI:

Cabe à FUNAI promover estudos de identificação e delimitação, demarcação, regularização fundiária e registro das terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas, além de monitorar e fiscalizar as terras indígenas. A FUNAI também coordena e implementa as políticas de proteção aos povos isolados e recém- contatados. (FUNAI).

Além disso, o órgão é responsável por:

[...] promover políticas voltadas ao desenvolvimento sustentável das populações indígenas. Nesse campo, a FUNAI promove ações de etnodesenvolvimento, conservação e a recuperação do meio ambiente nas terras indígenas, além de atuar no controle e mitigação de possíveis impactos ambientais decorrentes de interferências externas às terras indígenas. (FUNAI)

Por fim:

Compete também ao órgão a estabelecer a articulação interinstitucional voltada à garantia do acesso diferenciado aos direitos sociais e de cidadania aos povos indígenas, por meio do monitoramento das políticas voltadas à seguridade social e educação escolar indígena, bem como promover o fomento e apoio aos processos educativos comunitários tradicionais e de participação e controle social. (FUNAI).

No que tange à educação indígena percebe-se então que o foco passa a mudar a perspectiva anteriormente adotada pelos colonizadores, afinal, a FUNAI procura seguir princípios como "reconhecimento da organização social, costumes, línguas, crenças e tradições dos povos indígenas, buscando o alcance da plena autonomia e autodeterminação dos povos indígenas no Brasil" (FUNAI).

Desta maneira, a educação passa a ser vista como uma Educação Escolar Indígena e não mais "não-indígena". O foco deixa de ser a transmissão de crenças, costumes e tradições do colonizador e passa a respeitar a singularidade do povo indígena.

Assim, baseado no respeito a essa diversidade cultural e da consequente valorização destas identidades étnicas surge o termo supramencionado "Educação Escolar Indígena".

Esta, segundo o Parecer 14/99 do Conselho Nacional de Educação, diz respeito ao aprendizado de processos e valores de cada grupo, bem como aos padrões de relacionamento social introjetado na vivência cotidiana dos índios com suas comunidades" (BRASIL, 1999 apud BRASIL, 2007, p.94).

De acordo com o Referencial Curricular Nacional Para a Educação Infantil (RCNEI) tal modelo educacional deve ser "comunitário, intercultural, bilíngue/multilíngue, específico e diferenciado" (RCNEI,

1998 p.24).

Definindo melhor cada um dos termos, temos que a Educação Escolar Indígena deve ser comunitária pois a própria comunidade indígena. Usufruindo do princípio de autonomia, tanto a grade curricular, quanto calendários, espaços, dentre outros, são todos decididos de forma comunitária.

Ela deve ser intercultural porque em meio ao mundo moderno é necessária a compreensão convivência com a sociedade ao redor. Essa relação não deve ser de superioridade e sim de equiparidade. Deve ser ensinada nas escolas de modo a incentivar o respeito ao próximo.

O aspecto que tange ao bilinguismo ou multilinguismo em nada deve ser comparado àquele que foi praticado no período colonial. Antes, o português era visto como uma língua superior e a vasta língua indígena apenas como coadjuvante.

Agora, é necessário reconhecer o fato de que todas as línguas nativas devem ser consideradas em âmbito nacional e o português e todas essas línguas convivam igualmente no espaço escolar indígena.

Por fim, específica e diferenciada porque apesar de unificarmos todas essas culturas nativas como “indígenas”, não é possível afirmar que exista apenas uma. Portanto, a educação deve ser concebida de maneira a refletir a singularidade de cada um desses povos.

Desta maneira é possível observar que a escola mudou completamente a perspectiva perante a cultura indígena: de algo completamente imposto e que não respeitava em nada suas próprias culturas, para um direito que passou a ser reivindicado pelas comunidades indígenas.

A Educação Escolar Indígena tornou-se uma ferramenta de acesso a conhecimentos universais sem perder o tradicional.

Nesse quesito se faz importante mencionar diferenças e adaptações que o povo indígena teve de passar até alcançar à fase atual. Os indígenas sempre enxergaram o mundo de uma maneira distinta do europeu e isso se refletia em suas filosofias educacionais.

A exemplo disso temos que para o índio a figura do professor era dispensável uma vez que para eles as figuras de autoridade e de transmissão de conhecimentos eram adultas, ou pessoas mais velhas.

Assim, a educação era uma maneira de interação entre gerações com o intuito de transmitir a própria cultura e saberes sobre a natureza.

A respeito disso Fausto Mandulão (2003) afirma:

Os mais velhos sempre tiveram um papel muito importante na transmissão dos conhecimentos aos mais jovens. São eles os responsáveis pelo relato das histórias antigas, das restrições de comportamento, das nossas concepções de mundo etc.” (2003, p.131).

Ainda nesse tocante, Daniel Munduruku (2000 apud SIMAS; PEREIRA, 2010, p.7) acrescenta outros aspectos intrínsecos à educação indígena: o reforço à identidade e a importância do sonho nos processos educativos:

saber quem você é consiste no primeiro passo para o respeito ao outro, respeito esse que nasce primeiramente pelo respeito a si próprio; daí a importância de o

indígena ressaltar sua história e seus valores para os mais novos, mantendo um eterno vínculo com o passado, que, por sua vez, é a herança da pessoa e a certeza de sua identidade. Quanto ao universo dos sonhos, percebe-se também que esse elemento possui uma importância muito grande para a formação do indígena, pois, de acordo com o autor, sonhar é um exercício de liberdade do espírito. Assim, educar é fazer o indígena sonhar. (2000 apud SIMAS; PEREIRA, 2010, p.7).

Tais aspectos inerentes à cultura indígena foram reformulados. Incialmente ignorados pelos colonizadores e hoje no modelo da Educação Escolar Indígena passou a integrá-los em meio ao modelo de educação "clássico".

Assim, permite que tanto os saberes e conhecimentos científicos descobertos no mundo em geral quanto a tradição e saberes indígenas sejam valorizados, reforçando aquilo que o RCNEI almejava para este modelo educacional.

Desta forma, podemos afirmar que a Educação Escolar Indígena não busca fazer frente ao modelo não-indígena e sim complementar-se. Em meio a esse contexto é notório um avanço nesse quesito: de uma comunidade a qual seus costumes e tradições foram colocados à margem até as metas que hoje temos de integrá-los à sociedade respeitando suas culturas e tradições.

Entretanto, não é possível afirmar que todas as metas definidas já foram alcançadas. Assim, para melhor esclarecer como hoje é a Educação Escolar Indígena no Brasil teremos o capítulo a seguir.

3) Educação Escolar Indígena como forma de garantia de direitos

Como visto anteriormente, por muitos anos o povo indígena foi segregado e suas culturas e costumes foram postas à margem da sociedade. Isso mudou quando passaram a existir leis e projetos que almejassem fazer algo em prol da comunidade indígena.

Para complementar aquilo que os movimentos dos anos 70 começaram a lutar, temos a Constituição de 1988. Este documento defende a igualdade de direitos e afirmação das línguas, culturas e tradições.

Assim sendo, a legislação que trata sobre a educação escolar indígena apresenta a diretriz para a construção de escolas indígenas inseridas no sistema educacional nacional. A esse modelo denominados Educação Escolar Indígena.

Esse modelo educacional procura singularizar essa forma de educação ao educar partindo da língua indígena, utilizar de materiais preparados pelos próprios indígenas e calendários adaptados aos seus ritmos, atividades cotidianas e rituais, além de currículos diferenciados e a participação efetiva da comunidade indígena no que tange às decisões escolares.

Além disso a legislação coloca os índios como protagonistas de uma escola voltada a estes. Desta forma eles têm o direito de indicar seus próprios membros para serem professores.

Como afirmado anteriormente, esses direitos devem ser garantidos pela FUNAI, órgão que trabalha com toda a questão indígena no Brasil. No entanto, no que tange à educação indígena um outro órgão também é responsável por reger essas questões: o Ministério da Educação e Cultura (MEC).

Assim que o MEC passou também a assumir responsabilidades educacionais em terras indígenas, este órgão elaborou, em 1993, as Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena.

Este documento procura estabelecer os princípios organizadores da prática pedagógica no que concerne a diversidade cultural, especificidade, interculturalidade e uso de línguas nativas unidas ao processo global de educação e aprendizagem.

Esse documento instigou órgãos governamentais e não governamentais a lutarem em prol deste direito. É nesse ínterim que nasce a expectativa de se construir alternativas de autonomia ao povo indígena, a qual possibilite um modelo de formação próprio aos professores indígenas, de maneira que assim possam estar aptos para assumirem a docência e a gestão da escola indígena.

Tais expectativas expressas no documento foram transmitidas ao Brasil inteiro. Entretanto, muitas dessas questões tratadas ainda são vistas apenas no plano jurídico e não na prática escolar indígena. Poucos Estados do Brasil de fato aplicam as diretrizes definidas pelo MEC.

Um exemplo é o Estado de São Paulo que, de acordo com a Secretaria da Educação, atualmente atende mais de 1,8 mil alunos de comunidades indígenas. De acordo com o Governo de São Paulo:

A Secretaria da Educação atende em todo o Estado de São Paulo mais de 1,8 mil alunos de comunidades indígenas. Ao todo, são 40 unidades escolares com Educação Infantil, Ensino Fundamental Anos Iniciais e Anos Finais, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA), voltadas a estudantes das etnias Guarani Nhandewa, Guarani Mbya, Terena, Krenak e Kaingang. (Governo de São Paulo, 2012).

Nestas escolas o conteúdo aplicado é diferenciado e as disciplinas são trabalhadas de acordo com o conhecimento de cada etnia, além de contar com educares indígenas de suas próprias aldeias.

Porém, como supradito, ainda são poucas escolas que têm a Educação Escolar Indígena, além de serem distribuídas em poucos estados. Para que todos esses direitos que já existem em lei sejam de fato conquistados é necessário que todas as comunidades indígenas, em todos os estados do país, sem exceção, usem a escola como uma maneira de alcançar a esses objetivos.

Dessa forma, a escola indígena específica e diferenciada deve ser vista como uma aliada pois ela dá suporte para integração e adaptação dos indígenas na sociedade, além de valorizar seus costumes e tradições.

Conclusão

Este trabalho teve o objetivo de analisar a conjuntura do povo indígena no que tange à educação destes. Para que isso fosse possível foi considerada essa temática desde o período colonial, até a conquista de notoriedade com a criação da FUNAI e, por fim, a busca moderna da conquista destes direitos.

Aqui pretendeu-se propor uma solução para que a situação de descaso e segregação não se perpetuem, afinal, isso é observada desde a colonização brasileira.

O processo de colonização do Brasil trouxe sequelas à sociedade brasileira, e

uma delas é a questão indígena no país. Hoje esse povo tem que lutar para garantir direitos básicos como o respeito à sua cultura, acesso à terra e à educação.

Atualmente, a FUNAI assume essa responsabilidade e se coloca como o órgão governamental que representa as questões indígenas no que tange à conquista e efetivação destes direitos. Contudo, no que concerne à educação este órgão atua em parceria com o MEC no intuito de possibilitar um modelo de educação que respeite à cultura indígena, a ele damos o nome de: Educação Escolar Indígena.

Como aqui visto, a educação para índios, desde o começo se fez “não- indígena” e sim com um caráter civilizatório e missionário. Entretanto, com a conquista de notoriedade sobre as questões indígenas esse povo passou a ansiar uma educação que passasse a considerar as diferenças entre cada povo e que esta fosse de fato “para indígenas”.

Desta forma surgiu a Educação Escolar Indígena que, em suma deve ser “comunitária, intercultural, bilíngue/multilíngue, específica e diferenciada”

(RCNEI, 1998 p.24). Essa forma de educação é muito mais algo no papel do que posto em prática. Todavia, aqui defendemos que para que os direitos conquistados sejam efetivamente colocados no dia a dia do povo indígena é necessário que todo estado do Brasil e que todas as escolas indígenas adotem o modelo de Educação Escolar Indígena.

Bibliografia

BRASIL. FUNAI. Disponível em: http://www.funai.gov.br/index.php/a-funai. Acesso em 25 ago de 2021.

BRASIL. Ministério de Educação e do Desporto / Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas. Brasília: MEC/SEF, 1998.

Carta de Pero Vaz de Caminha, Disponível em: http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/Livros_eletronicos/carta.pdf. Acesso em 30 de ago de 2021.

GARCIA, Maria Fernandes. Genocídio no Brasil: mais de 70% da população indígena foi morta. Disponível em: https://observatorio3setor.org.br/noticias/genocidio-brasil-mais-de-70-da- populacao--indigena-foi-morta/. Acesso em 24 de ago de 2021.

GRUPIONI, L. D. B. Contextualizando o campo da formação de professores indígenas no Brasil. In: GRUPIONI, L. D. B. (Org.) Formação de professores indígenas: repensando a trajetória. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006, p. 39-68. Disponível em: http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001463/146327por.pdf. Acesso em 28 ago. 2021.

SIMAS, H. C. P.; PEREIRA, R. C. M. Desafios da Educação Escolar Indígena. Revista Escrita, Rio de Janeiro, n. 11, Ano 2010. Disponível em: http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/rev_escrita.php?strSecao=input0.

Acesso em 23 ago. 2021.